

## Quadro Comparativo da Medida Provisória nº 796, de 2017

LEGISLAÇÃO	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 796, DE 23 DE AGOSTO DE 2017
	Prorroga o prazo para utilização do Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica, instituído pela Lei nº 12.599, de 23 de março de 2012.
	O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da <a href="#">Constituição</a> , adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:
	<b>Art. 1º</b> O benefício fiscal de que trata o art. 14 da Lei nº <a href="#">12.599, de 23 de março de 2012</a> , poderá ser utilizado até 31 de dezembro de 2017, limitado ao valor previsto no demonstrativo de que trata o item “b” do inciso VIII do Anexo II da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016.
	<b>Art. 2º</b> Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.
<a href="#">Lei nº 12.599, de 23 de março de 2012</a> Art. 14. No caso de venda no mercado interno ou de importação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, para incorporação no ativo imobilizado e utilização em complexos de exibição ou cinemas itinerantes, bem como de materiais para sua construção, fica suspensa a exigência: ..... § 7º O prazo para fruição do benefício de que trata o caput deverá respeitar o disposto no § 1º do art. 92 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.	<b>Art. 3º</b> Fica revogado o § 7º do art. 14 da <a href="#">Lei nº 12.599, de 23 de março de 2012</a> .

  Texto alterado
   Texto revogado
 abc Texto excluído
 ^ Indicador de exclusão de termo ou dispositivo

Elaborado pela Secretaria Legislativa do Congresso Nacional  
 (Elaboração: 25/08/2017 09:01)